

Porto do Açu Operações S.A.

**Informações financeiras
intermediárias em 30 de junho de
2019**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias	13



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Porto do Açú Operações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Porto do Açú Operações S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).



Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e com a IAS 34 emitida pelo IASB.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Porto do Açú Operações S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.622	56.142	57.479	62.774
Títulos e valores mobiliários	6	2.245	6.649	10.638	11.317
Caixa restrito	6	39.543	-	39.543	-
Depósitos bancários vinculados	7	20	50	27	70
Clientes	8	38.348	27.146	45.590	36.397
Outros valores a receber	20	7.322	8.441	7.130	8.409
Impostos a recuperar	9	8.179	16.695	9.000	17.405
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	435	1.328
Créditos com terceiros	14	170	170	170	170
Outros		4.071	2.392	3.352	1.673
Total do ativo circulante		150.520	117.685	173.364	139.543
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	3.966	4.717	3.966	4.717
Clientes	8	54.046	55.379	54.046	55.379
Créditos a receber	20	561.442	531.951	561.442	531.951
Debêntures	13	659.393	659.393	659.393	659.393
Créditos com terceiros	14	80.031	80.031	80.031	80.031
Depósitos restituíveis	11	57.174	18.175	57.174	18.175
Depósitos judiciais	12	24.837	24.598	24.837	24.598
Impostos a recuperar	9	2.742	2.603	2.742	2.603
Impostos diferidos	10	38.337	38.337	38.451	38.368
Investimentos em controladas	15	113.178	110.705	-	-
Propriedade para investimento	16	478.036	475.086	558.367	554.950
Imobilizado	17	3.038.345	3.032.334	3.049.168	3.042.878
Intangíveis	18	4.507	4.084	4.600	4.176
Direito de uso	19	2.505	-	2.505	-
Total do ativo não circulante		5.118.539	5.037.393	5.096.722	5.017.219
Total do ativo		5.269.059	5.155.078	5.270.086	5.156.762

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açúcar Operações S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	23	53.413	32.878	53.900	33.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	656.966	304.878	656.966	304.878
Passivos de arrendamento	19	907	-	907	-
Salários e encargos a pagar		13.459	16.255	13.572	16.358
Outros passivos financeiros	20	8.699	6.620	7.806	5.802
Adiantamento de clientes	24	2.362	2.362	2.362	2.363
Outros Impostos e contribuições a recolher	22	1.427	2.065	1.500	2.139
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	590	1.436
Outros		3	77	5	80
Total do passivo circulante		737.236	365.135	737.608	366.164
Não circulante					
Impostos e contribuições a recolher	22	114	-	114	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	4.341.953	4.404.885	4.341.953	4.404.885
Passivos de arrendamento	19	1.594	-	1.594	-
Obrigações com terceiros	14	19.880	19.880	19.880	19.880
Outros passivos financeiros	20	509.580	509.580	509.580	509.580
Adiantamento de clientes	24	21.500	22.260	21.500	22.260
Provisão para contingências	25	15.496	8.750	15.496	8.750
Outros		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		4.910.117	4.965.355	4.910.601	4.965.839
Patrimônio líquido					
Capital social	26	2.085.348	2.061.053	2.085.348	2.061.053
Reservas de capital		21.616	9.558	21.616	9.558
Prejuízos acumulados		(2.485.258)	(2.246.023)	(2.485.258)	(2.246.023)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(378.294)	(175.412)	(378.294)	(175.412)
Participação de acionistas não controladores			-	171	171
Total do patrimônio líquido		(378.294)	(175.412)	(378.123)	(175.241)
Total do passivo e patrimônio líquido		5.269.059	5.155.078	5.270.086	5.156.762

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Receita líquida de prestação de serviços	27	97.305	146.270	99.883	149.202
Custo dos serviços prestados	28	(76.958)	(135.817)	(77.568)	(136.193)
Lucro bruto		20.347	10.453	22.315	13.009
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	29	(44.520)	(37.146)	(41.634)	(34.270)
Reversão da provisão ao valor recuperável de ativos (“impairment”)	1, 17 e 18	3.034	3.034	-	-
Reversão da provisão para perda - depósitos restituíveis	11	44.830	-	44.830	-
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis	6,7 e 8	240	(749)	(12)	(784)
Outras despesas e receitas		(1.897)	29	(1.896)	28
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		22.034	(24.379)	23.603	(22.017)
Receitas financeiras		32.263	29.202	32.619	29.539
Despesas financeiras		(294.600)	(256.054)	(294.937)	(256.074)
Resultado financeiro	30	(262.337)	(226.852)	(262.318)	(226.535)
Resultado de equivalência patrimonial	15	1.068	1.837	-	-
Resultado antes dos impostos		(239.235)	(249.394)	(238.715)	(248.552)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	(602)	(849)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	82	9
Prejuízo do período		(239.235)	(249.394)	(239.235)	(249.392)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(239.235)	(249.394)	(239.235)	(249.394)
Acionistas não controladores		-	-	-	2
Resultado por ação		(0,11472)	(0,12100)	(0,11472)	(0,12100)

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Receita líquida de prestação de serviços	27	51.991	70.095	53.333	71.448
Custo dos serviços prestados	28	(38.483)	(66.150)	(38.990)	(66.413)
Lucro bruto		13.508	3.945	14.343	5.035
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	29	(25.731)	(24.642)	(24.296)	(23.167)
Reversão da provisão ao valor recuperável de ativos (“impairment”)	1, 17 e 18	1.517	1.517	-	-
Reversão da provisão para perda - depósitos restituíveis	11	40.951	-	40.951	-
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis	6,7 e 8	188	(88)	(56)	(95)
Outras despesas e receitas		(1.135)	(32)	(1.135)	(33)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		29.298	(19.300)	29.807	(18.260)
Receitas financeiras		16.295	15.701	16.481	15.874
Despesas financeiras		(150.285)	(129.274)	(150.612)	(129.291)
Resultado financeiro	30	(133.990)	(113.573)	(134.131)	(113.417)
Resultado de equivalência patrimonial	15	244	829	-	-
Resultado antes dos impostos		(104.448)	(132.044)	(104.324)	(131.677)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	(200)	(366)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	76	-
Prejuízo do período		(104.448)	(132.044)	(104.448)	(132.043)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(104.448)	(132.044)	(104.448)	(132.044)
Acionistas não controladores		-	-	-	1
Resultado por ação		(0,37748)	(0,54800)	(0,37778)	(0,54860)

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Prejuízo do período	(239.235)	(249.394)	(239.235)	(249.392)
Total dos resultados abrangentes do período	(239.235)	(249.394)	(239.235)	(249.392)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(239.235)	(249.394)	(239.235)	(249.394)
Acionistas não controladores	-	-	-	2

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Prejuízo do período	(104.448)	(132.044)	(104.448)	(132.043)
Total dos resultados abrangentes do período	(104.448)	(132.044)	(104.448)	(132.043)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(104.448)	(132.044)	(104.448)	(132.044)
Acionistas não controladores	-	-	-	1

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Opções de ações outorgadas	Variação percentual na participação de investidas	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018	2.036.821	-	1.324	107	(1.705.489)	332.763	167	332.930
Prejuízo do período	-	-	-	-	(249.394)	(249.394)	2	(249.392)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	46	-	-	46	-	46
Aumento de capital	24.232	-	-	-	-	24.232	-	24.232
Reserva de capital	-	8.081	-	-	-	8.081	-	8.081
Saldo em 30 de junho de 2018	2.061.053	8.081	1.370	107	(1.954.883)	115.728	169	115.897
Prejuízo do período	-	-	-	-	(291.140)	(291.140)	2	(291.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.061.053	8.081	1.370	107	(2.246.023)	(175.412)	171	(175.241)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(239.235)	(239.235)	-	(239.235)
Aumento de capital	24.295	-	-	-	-	24.295	-	24.295
Reserva de capital	-	12.058	-	-	-	12.058	-	12.058
Saldo em 30 de junho de 2019	2.085.348	20.139	1.370	107	(2.485.258)	(378.294)	171	(378.123)

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(239.235)	(249.394)	(238.715)	(248.552)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	58.045	57.115	55.022	54.084
Amortização direito de uso	500	-	500	-
Baixa do imobilizado	743	151	714	151
Resultado de equivalência patrimonial	(1.068)	(1.837)	-	-
Variação cambial, monetária e juros	252.980	217.243	252.923	217.243
Amortização do custo de transação	8.961	8.714	8.961	8.714
Reversão da provisão para <i>impairment</i>	(3.034)	(3.034)	-	-
Reversão provisão de perdas sobre depósitos restituíveis	(44.830)	-	(44.830)	-
Provisão (reversão) de perdas sobre recebíveis	(240)	749	12	784
Provisão (reversão) para bônus	6.342	(5.665)	6.373	(5.702)
Provisão para contingências	6.746	6.104	6.746	6.104
Outros	-	46	-	46
	45.910	30.192	47.706	32.872
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	(9.626)	11.007	(7.874)	8.137
Impostos a recuperar	(2.743)	(8.888)	(2.801)	(8.570)
IR e CSLL a recuperar	-	-	893	273
Adiantamentos diversos	64	129	54	129
Depósitos bancários vinculados	781	918	794	876
Depósitos restituíveis	4.959	203	4.959	203
Outros valores a receber	1.118	4.456	1.279	4.514
Despesas antecipadas	(1.762)	(3.918)	(1.750)	(3.918)
Outros valores a receber	(34)	869	(34)	868
Créditos com terceiros	-	(192)	-	(192)
Fornecedores	21.487	(6.350)	21.739	(7.034)
Impostos e contribuições a recolher	10.808	17.330	9.367	16.205
Salários e encargos a pagar	(9.138)	3.467	(9.158)	3.535
Outros passivos financeiros	2.079	(1.565)	2.004	(1.739)
Adiantamento de clientes	(760)	(1.021)	(760)	(1.224)
Outras obrigações	(80)	(498)	(81)	(491)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	63.063	46.139	66.337	44.444
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(62.432)	(26.650)	(62.693)	(26.666)
Aquisição de bens intangíveis	(768)	(138)	(769)	(229)
Títulos e valores mobiliários	4.404	291	679	1.392
Propriedade para investimento	(2.886)	(3.267)	(3.353)	(3.534)
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	(235)	(2.559)	-	-
Aumento de capital em controlada	(1.170)	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(63.087)	(32.323)	(66.136)	(29.037)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	24.295	24.232	24.295	24.232
Aumento de reserva de capital	12.058	8.081	12.058	8.081
Empréstimos liquidados com terceiros	(1.172)	(1.121)	(1.172)	(1.121)
Custos de transação	(477)	(665)	(477)	(665)
Juros pagos	-	(138)	(153)	(138)

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
	(153)			
Caixa restrito	(39.543)	-	(39.543)	-
Passivo de arrendamento	(504)	-	(504)	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(5.496)	30.389	(5.496)	30.389
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.520)	44.205	(5.295)	45.796
Caixa e equivalentes no início do período	56.142	12.480	62.774	20.665
Caixa e equivalentes no fim do período	50.622	56.685	57.479	66.461
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.520)	44.205	(5.295)	45.796

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Porto do Açú Operações S.A. (“Porto do Açú” ou “Companhia”), anteriormente denominada LLX Açú Operações Portuárias S.A., situada à rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açú, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014 e conta atualmente com profundidades entre 10 e 25 metros. O Porto do Açú possui um Terminal *Offshore* (T1) e um Terminal *Onshore* (T2), que juntos podem totalizar 17 km de cais, com capacidade de receber navios de grande porte como *Capesize* e *Very Large Crude Carriers* (“VLCCs”). A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

A Porto do Açú conta com uma área de aproximadamente 9 mil hectares, destinada ao complexo industrial, tendo além disso, construído um canal *onshore* de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão com profundidade de até 14,5 metros, no qual foi implantado um terminal para movimentação de cargas diversas, como granéis sólidos e cargas em geral. A empresa atualmente está dividida em duas linhas de negócio: (i) aluguel de áreas, que conta com clientes como National Oilwell Varco (“NOV”), Technip, Wärtsilä, InterMoor, Edison Chouest e BP Prumo, já instalados e em operação, e (ii) terminal multicargas (“*T-Mult*”), operado pela própria empresa, que tem como principais clientes: (i) Votorantim Metais, com a prestação de serviços de movimentação de bauxita, carvão e coque e (ii) Gerdau Açominas (“Gerdau”) com atividades de descarga e transporte rodoviário de carvão siderúrgico, além de alugar parte do cais para atracação de sondas da indústria de petróleo.

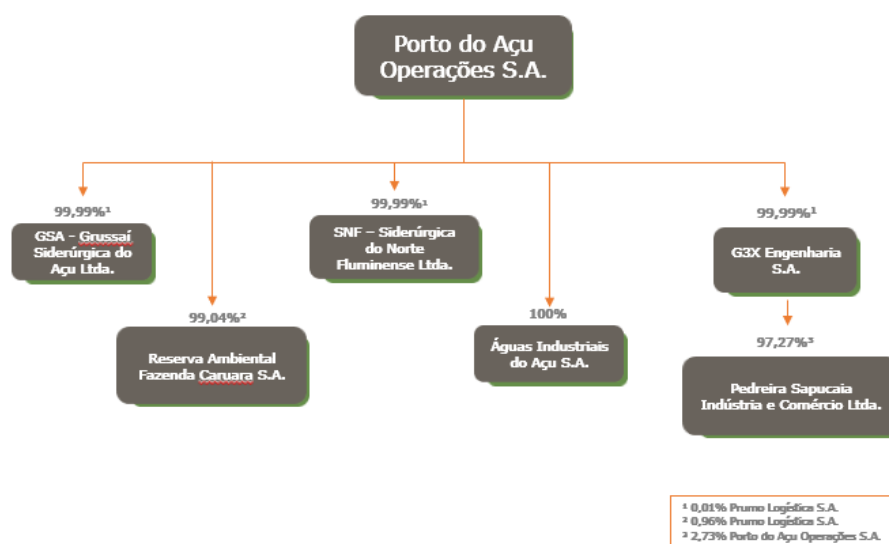
2 Licenças e autorizações

Novas Licenças ou autorizações obtidas até o 2º semestre de 2019:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Reserva Ambiental	Autoriza a realização de soltura de todos os animais capturados, imediatamente após a coleta de dados, no mesmo local de captura e aproveitamento científico de todos os animais encontrados mortos ou que vierem a óbito durante as atividades de levantamento de fauna, devendo estes ser encaminhados para a instituição de pesquisa depositária.	CA nº AA nº IN003190	05/04/2019	05/04/2021
Porto do Açú	Licença concedida autorizando a localização, instalação e operação de um ponto de abastecimento de máquinas e veículos automotores, possuindo 03 tanques aéreos com capacidade de 30m³ cada.	LAS nº IN046935	29/10/2018	29/10/2023
Águas Industriais	Licença concedida, autorizando a perfuração de poço tubular de aproximadamente 250 metros de profundidade, para extração de água bruta subterrânea em aquífero sedimentar, com a finalidade prevista de uso industrial.	LAS nº IN003607	12/06/2019	12/06/2020

3 Empresas do grupo

	País	Participação acionária	
		30/06/2019	31/12/2018
Controladas diretas:			
G3X Engenharia Ltda. (“G3X”)	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Aço S.A. (“Águas Industriais”, antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Aço S.A. (“GSA”)	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. (“Reserva Ambiental Caruara”)	Brasil	99,04%	98,96%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. (“SNF”)	Brasil	99,99%	99,99%
Controladas indiretas:			
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. (“Pedreira Sapucaia”)	Brasil	97,27%	97,80%
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%



4 Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

a. Declaração de conformidade

As Informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As Informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia, portanto, estas Informações financeiras intermediárias individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do período da Companhia. No entanto, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17 – Imobilizado, não observa-se diferença no patrimônio líquido da controladora e consolidado devido a Companhia ter reconhecido perda por redução ao valor recuperável (impairment) em exercícios anteriores na UGC Industrial Hub T-Mult, conseqüentemente a Companhia vem efetuando reversão dessa perda na mesma proporção da amortização.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 21 de março de 2019, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das Informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2019, em 12 de agosto de 2019. Desta forma, estas Informações financeiras intermediárias consideraram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

As principais políticas contábeis descritas nos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas Informações financeiras intermediárias pelas entidades controladas pela Companhia.

b. Base de preparação

As Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, que foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

c. Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2019, a Sociedade apresentou prejuízo consolidado no período de seis meses de R\$239.235 (R\$249.392 em 30 de junho de 2018), capital circulante consolidado negativo de R\$564.244 (negativo em R\$226.621 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido consolidado negativo em R\$378.123 (negativo em R\$175.241 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia possui fluxo de caixa projetado para os próximos de 22 anos, uma vez que a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, o que garante para empresa segurança sobre seus resultados futuros.

As estratégias financeiras previstas e em andamento para curto prazo são as seguintes:

- Negociar com BNDES, Bradesco e Santander a postergação do vencimento das parcelas dos empréstimos descritos na nota explicativa nº 21 e discutir melhores condições que fortaleçam o fluxo de caixa da companhia no curto prazo; e

- Buscar novas formas de obtenção de recursos para prosseguimento dos planos de negócios da Companhia.

Com base no plano de negócios aprovado pela administração, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Os julgamentos significativos feitos pela Administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza de estimativa são os mesmos aplicados e evidenciados na nota 5 – Principais Políticas Contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

5 Políticas contábeis

Na elaboração destas Informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2019, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 emitidas em 22 de março de 2019, exceto pela nova política contábil relacionada com a adoção do CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos, que está descrita nesta nota explicativa, letra (b) – Mudanças em políticas contábeis significativas.

a. Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não resultarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia, exceto pelas mudanças no IFRS 16 divulgadas no item (b) desta nota explicativa.

b. Mudanças em políticas contábeis significativas

CPC 06 / IFRS 16 Arrendamentos

Práticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia passou a classificar o contrato aluguel de imóvel como arrendamento no grupo do balanço patrimonial como “Direito de Uso”. O montante reconhecido para este contrato foi mensurado pelo método de valor presente descontando os pagamento mínimos firmados em contrato, usando uma taxa incremental de 10,6% pelo período remanescente do contrato.

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, representado principalmente pelo ativo subjacente: Imóvel. Os passivos de arrendamento estão apresentados no passivo circulante e não circulante.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que antes eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais após a norma estão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerará impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

Adicionalmente, a adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da Companhia e não houve a necessidade de renegociação de cláusulas restritivas (covenants) existentes nos contratos de financiamentos, pois o aumento do passivo não alterou os índices requeridos em cláusulas restritivas.

6 Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito

a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	1.081	1.299	1.253	1.435
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	5.370	12.819	9.316	18.112
CDBs	44.173	42.027	46.913	43.231
	49.543	54.846	56.229	61.343
Provisão de perdas estimadas	(2)	(3)	(3)	(4)
	50.622	56.142	57.479	62.774

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Os fundos de investimentos têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Títulos públicos	2.252	6.652	10.646	11.320
Provisão de perdas estimadas	(7)	(3)	(8)	(3)
	<u>2.245</u>	<u>6.649</u>	<u>10.638</u>	<u>11.317</u>

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

c. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa restrito (a)	39.543	-	39.543	-
	<u>39.543</u>	<u>-</u>	<u>39.543</u>	<u>-</u>

- (a) O caixa restrito consiste na conta bancária na qual é depositada diariamente uma parcela dos recursos recebidos pela Porto do Açú em conta centralizadora conforme percentual de 55% estabelecido no anexo I do contrato de financiamento, cujo os recursos serão utilizados como “Garantia” ao referido empréstimo.

7 Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Porto do Açú (*)	3.986	4.768
GSA	7	20
	<u>3.993</u>	<u>4.788</u>
Provisão de perdas estimadas	-	(1)
	<u>3.993</u>	<u>4.787</u>
Circulante	27	70
Não circulante	3.966	4.717

- (*) Depósito de recursos no Banco Santander realizados pela Porto do Açu que consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação n. IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014.

8 Clientes

	Controladora (d)		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas - Nota 20)	1.927	989	1.927	989
Serviços portuários (Partes relacionadas - Nota 20)	95	-	95	-
Cessão do direito real de superfície (a)	73.195	69.956	73.195	69.956
Serviços portuários (b)	17.163	7.301	17.163	7.301
Serviço de transporte de cargas (c)	631	3.990	631	3.990
Comissão sobre faturamento de terceiros	-	1.148	-	1.148
Fornecimento de água	-	-	7.544	9.302
	93.011	83.384	100.555	92.686
Provisão de perdas estimadas	(617)	(859)	(919)	(910)
	92.394	82.525	99.636	91.776
Circulante	38.348	27.146	45.590	36.397
Não circulante	54.046	55.379	54.046	55.379

O saldo a receber refere-se a:

- (a) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: Technip, Wärtsilä, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Embratel, Acciona, NFX e outros;
- (b) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas soltas, cargas de projetos de granéis sólidos, pesagem e serviço de recepção; e
- (c) Serviços de transportes com atividades de descarga e transporte de carvão siderúrgico.
- (d) O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 55% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na Nota explicativa nº 06 item c – caixa restrito.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto sobre serviços (“ISS”)	575	552	575	552
Imposto sobre circulação mercadorias (“ICMS”)	2.014	2.098	2.014	2.098
Imposto de renda retido na fonte (“IRRF”)	1.061	598	1.818	1.301
Programa de integração social (“PIS”)	1.709	3.216	1.718	3.216
Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”)	5.489	12.747	5.536	12.747
Imposto de renda e contribuição social (“IRPJ/CSLL”)	-	-	435	1.328
Outros	73	87	81	94
	10.921	19.298	12.177	21.336
Circulante	8.179	16.695	9.435	18.733
Não circulante	2.742	2.603	2.742	2.603

10 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	529.867	458.279	530.230	458.650
Base negativa de contribuição social	190.752	164.980	190.883	165.114
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	43.738	48.598	43.772	48.633
Provisão para PLR	1.527	3.184	1.538	3.198
Provisão para perdas estimadas	214	294	317	312
	15.492			
Provisão para devedores duvidosos		15.492	15.492	15.492
Provisão contingências	5.247	2.975	5.247	2.975
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	37.851	37.851	44.967	44.967
Outros	4	4	4	4
	827.358	734.323	835.116	742.011
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - <i>valuation allowance (b)</i>	(749.513)	(653.516)	(757.157)	(661.173)
	77.845	80.807	77.959	80.838
Total de impostos diferidos ativos				
Diferença temporária - juros capitalizados	(39.508)	(42.470)	(39.508)	(42.470)
	38.337	38.337	38.451	38.368

- (a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.
- (b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas G3X, GSA e SNF em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2017, a controladora Porto do Açú passou a constituir provisão para perda de créditos fiscais referente ao imposto diferido apurado a partir desta data e, até 31 de dezembro de 2018, constituiu uma provisão para perda adicional no montante de R\$653.516 referente a créditos não reconhecidos no exercício. Para o período findo em 30 de junho de 2019, foi constituído uma perda de créditos no montante de R\$95.997. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização for provável, mediante estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal em um período de 10 anos.

11 Depósitos restituíveis

	31/12/2018	Baixas (Recebimentos)	Reversão da	Atualização monetária	30/06/2019
			Provisão p/ perda (*)		
Porto do Açú	18.175	(4.959)	44.830	(872)	57.174
	18.175	(4.959)	44.830	(872)	57.174

- (*) Reversão de provisão de perda diante do êxito de nova estratégia jurídica.

Entre os anos de 2011 e 2015, a Porto do Açú passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (“CODIN”) os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo foi auxiliar aqueles que concordaram com os valores de avaliação da CODIN a receber suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação que possuíam. As aquisições tiveram como consequência a aceleração da desocupação de áreas destinadas ao Distrito Industrial de São João da Barra, inclusive aquelas que são objeto das Promessas de Compra e Venda celebradas pela Companhia e suas controladas com a CODIN.

Em 2019, a Porto do Açú recuperou o montante de R\$ 4.959 que estava depositado em juízo, devido a autorizações judiciais obtidas em dois processos envolvendo os mencionados terrenos adquiridos pela Companhia.

O levantamento pela Companhia dos valores das ações de desapropriação de áreas por ela adquiridas é autorizado pelo Poder Judiciário, em regra, quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, na forma da lei. Todavia, desde 2019, a Companhia tem logrado êxito em obter as autorizações judiciais para recebimento desses valores através de uma estratégia jurídica que argumenta a inexistência de outros interessados, o que justifica a reversão de provisão de perda entre os anos de 2018 e 2019, no montante de R\$ 44.830.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estima expectativa remota de recebimento de valores no montante de R\$ 22.079.

12 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Porto do Açú	<u>24.837</u>	<u>24.598</u>
	<u>24.837</u>	<u>24.598</u>

Em 2 de dezembro de 2010, a Porto do Açú depositou em juízo o valor de R\$8.000, para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia. Açucareira Usina Barcelos (“CAUB”), pois estava com pedido de recuperação judicial pendente de apreciação. O juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito adicional de R\$1.172, integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. O alvará judicial autorizando a venda foi expedido em setembro de 2012. Em 30 de junho de 2019, o valor corrigido totaliza R\$15.135 (R\$15.130 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2013, a Porto do Açú ingressou com ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do “Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas,” celebrado em 6 de outubro de 2010 (“Contrato”). Na referida ação, a Porto do Açú obteve a concessão de medida liminar autorizando o depósito judicial da remuneração estabelecida no Contrato. Neste contexto, os depósitos judiciais efetuados em nome da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$7.614. A ação judicial que discute o correto valor da

remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ainda está pendente de julgamento e os valores permanecem depositados em juízo. Em 30 de junho de 2019, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$9.546 (R\$9.364 em 31 de dezembro de 2018). O montante de R\$156 (R\$104 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a outros processos.

13 Debêntures

a. Debêntures OSX

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Debêntures	659.393	659.393
DIP	<u>10.961</u>	<u>10.961</u>
Total	<u>670.354</u>	<u>670.354</u>
(-) Redução do valor recuperável de ativos (“ <i>impairment</i> ”)	<u>(10.961)</u>	<u>(10.961)</u>
Total	<u>659.393</u>	<u>659.393</u>

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. (“OSX”), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716 nas seguintes condições:

- Data de vencimento: 20 anos
- Amortização do Principal: em uma única parcela, na data do vencimento
- Cálculo dos juros remuneratórios: 100% do CDI
- Pagamento dos juros: a partir do 6º ano

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açu concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo (“DIP”), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$349.713 até 30 de junho de 2019 (R\$315.808 em 31 de dezembro de 2018), bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP.

14 Créditos e obrigações com terceiros

a. Créditos com terceiros

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos com OSX	83.218	83.218
(-) Provisão para perda estimada	<u>(3.203)</u>	<u>(3.203)</u>
Créditos com OSX (*)	80.015	80.015
Outros	<u>186</u>	<u>186</u>
	<u>80.201</u>	<u>80.201</u>
Circulante	170	170
Não circulante	80.031	80.031

(*) Este montante é composto por: (i) R\$64.668 referente a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.000 adiantamento de aluguel da área utilizada pela Dome pago à OSX; (iii) R\$8.550 retenção contratual de fornecedores faturados contra OSX e liquidados pela Porto do Açu; e (iv) R\$(3.203) de provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade.

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açu ainda pagou diretamente aos fornecedores os custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso da OSX não honrar essa dívida apenas o valor de R\$64.668 será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na Nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

b. Obrigações com terceiros

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880.

15 Investimentos

a. Participações societárias

30 de junho de 2019											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	40.223	40.301	47	40.254	40.223	-	95	-	-	(64)
Reserva Ambiental Caruara	99,04%	17.302	17.938	127	17.811	17.302	-	229	264	-	16
G3X	99,99%	38.648	167	4	163	38.648	30	-	-	123	(38.638)
Águas Industriais	100,00%	9.436	14.556	1.824	12.732	9.436	205	237	1.939	-	915
SNF	99,99%	44.081	43.406	184	43.222	44.081	-	-	-	-	(859)

31 de dezembro de 2018											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	40.223	40.103	37	40.066	40.223	-	95	-	-	(252)
Reserva Ambiental Caruara	98,96%	17.302	17.910	115	17.795	17.302	-	229	264	-	-
G3X	99,99%	38.638	158	15	143	38.638	-	-	-	94	(38.589)
Águas Industriais	100,00%	8.432	12.972	2.364	10.608	8.432	237	1.939	-	-	-
SNF	99,99%	43.955	43.150	53	43.097	43.955	-	-	-	-	(858)

Movimentações - Controladora

Controladas diretas	31/12/2018	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	30/06/2019
GSA	40.062	-	-	-	-	188	40.250
Reserva Ambiental Caruara	17.626	-	-	-	-	16	17.642
G3X	(693)	10	30	29	-	(49)	(673)
Águas Industriais	10.608	1.004	205	-	-	915	12.732
SNF	43.097	126	-	-	-	(2)	43.221
Outros	5	30	-	(29)	-	-	6
	110.705	1.170	235	-	-	1.068	113.178

Controladas diretas	31/12/2017	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	31/12/2018
GSA	39.624	345	-	-	-	93	40.062
Reserva Ambiental Caruara	17.185	647	-	-	(574)	368	17.626
G3X	(658)	56	-	63	-	(154)	(693)
Águas Industriais	3.802	6.178	-	-	(2.092)	2.720	10.608
SNF	42.541	649	-	-	-	(93)	43.097
Outros	3	65	-	(63)	-	-	5
	102.497	7.940	-	-	(2.666)	2.934	110.705

16 Propriedades para investimento

	Consolidado			
	31/12/2018	Adições	Provisão	30/06/2019
Porto do Açú	475.086	2.886	64	478.036
GSA	31.695	132	-	31.827
Reserva Ambiental Caruara	5.244	67	-	5.311
SNF	42.925	268	-	43.193
	554.950	3.353	64	558.367

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açú, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açú. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras.

A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 30 de junho de 2019, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.222.366 equivalente a 1,7MM m² da área total (R\$1.181.075 em 31 de dezembro de 2018). Para os não arrendados a Companhia calculou o valor justo em R\$3.172.403 (R\$ 3.083.794 em 31 de dezembro de 2018).

17 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Porto do Açú	3.038.345	3.032.334	3.037.510	3.031.503
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.241	9.241
Pedreira Sapucaia	-	-	461	461
Águas Industriais	-	-	1.956	1.673
	3.038.345	3.032.334	3.049.168	3.042.878

	Controladora						Total
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	
Taxa estimada de depreciação	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	3,70%	
Saldo em 31/12/2018	2.573.498	68.972	172.265	106.119	103.951	7.529	3.032.334
Adição	-	-	8	-	61.662	69	61.739
Transferência	-	-	-	1	-	(1)	-
Baixa	-	-	-	(49)	-	(694)	(743)
Depreciação	(45.273)	-	(5.624)	(3.982)	-	(106)	(54.985)
Saldo em 30/06/2019	2.528.225	68.972	166.649	102.089	165.613	6.797	3.038.345
Custo	2.887.001	68.972	212.349	128.308	165.613	8.509	3.470.752
Depreciação acumulada	(358.776)	-	(45.700)	(26.219)	-	(1.712)	(432.407)
Saldo em 30/06/2019	2.528.225	68.972	166.649	102.089	165.613	6.797	3.038.345

	Controladora						Total
	Instalações Portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	
Taxa estimada de depreciação	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	3,70%	
Saldo em 31/12/2017	2.433.181	67.972	177.276	108.861	114.220	22.574	2.924.084
Adição	-	-	159	547	25.617	326	26.649
Transferência	73.047	1.000	5.806	2.050	(67.611)	(14.292)	-
Baixa	-	-	(12)	(118)	-	(21)	(151)
Depreciação	(44.324)	-	(5.780)	(3.777)	-	(117)	(53.998)
Saldo em 30/06/2018	2.461.904	68.972	177.449	107.563	72.226	8.470	2.896.584
Custo	2.730.132	68.972	211.770	125.889	72.226	10.257	3.219.246
Depreciação acumulada	(268.228)	-	(34.321)	(18.326)	-	(1.787)	(322.662)
Saldo em 30/06/2018	2.461.904	68.972	177.449	107.563	72.226	8.470	2.896.584

Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	3,70%	
Saldo em 31/12/2018	2.572.665	78.658	172.266	106.335	105.405	7.549	3.042.878
Adição	-	-	8	6	61.923	63	62.000
Transferência	-	-	-	1	-	(1)	-
Baixa	-	-	-	(20)	-	(694)	(714)
Depreciação	(45.273)	-	(5.624)	(3.993)	-	(106)	(54.996)
Saldo em 30/06/2019	2.527.392	78.658	166.650	102.329	167.328	6.811	3.049.168
Custo	2.886.168	78.658	212.349	128.568	167.328	8.522	3.481.593
Depreciação acumulada	(358.776)	-	(45.699)	(26.239)	-	(1.711)	(432.425)
Saldo em 30/06/2019	2.527.392	78.658	166.650	102.329	167.328	6.811	3.049.168

Consolidado							
	Instalações Portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	3,70%	
Saldo em 31/12/2017	2.433.180	77.658	177.278	108.904	114.622	22.597	2.934.239
Adição	-	-	158	559	25.623	326	26.666
Transferência	73.047	1.000	5.806	2.050	(67.611)	(14.292)	-
Baixa	-	-	(12)	(118)	-	(21)	(151)
Depreciação	(44.324)	-	(5.782)	(3.781)	-	(120)	(54.007)
Saldo em 30/06/2018	2.461.903	78.658	177.448	107.614	72.634	8.490	2.906.747
Custo	2.730.131	78.658	211.770	125.945	72.634	10.278	3.229.416
Depreciação acumulada	(268.228)	-	(34.322)	(18.331)	-	(1.788)	(322.669)
Saldo em 30/06/2018	2.461.903	78.658	177.448	107.614	72.634	8.490	2.906.747

Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 30 de junho de 2019, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por obras complementares de infraestrutura geral no valor de R\$ 165.613 (R\$103.951 em 31 de dezembro de 2018).

Na controlada Águas Industriais do Açu o saldo de obras em andamento em 30 de junho de 2019 é de R\$1.715 (R\$1.454 em 31 de dezembro de 2018) referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração revisa, trimestralmente, indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial Hub/T-Mult. Em 30 de junho 2019, na revisão dos testes de recuperabilidade dessa UGC, a Administração analisou os indicadores macroeconômicos, situação organizacional atual da Companhia e constatou que não houve nenhuma alteração relevante nas premissas utilizadas em testes anteriores, portanto não há indicativos de perda ou reversões a serem reconhecidas.

Em 31 dezembro de 2018, a Companhia refez o teste de *impairment* verificou a necessidade de reversão parcial da provisão no valor de R\$156.870 da perda já constituída, conforme tabela abaixo:

Consolidado (BR GAAP)				
	2018			2017
	Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment	Impairment
Ativos ou unidade geradora de caixa				
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.409.890	4.315.594	(94.296)	(257.236)

Consolidado (IFRS)				
	2018			2017
	Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment	Impairment
Ativos ou unidade geradora de caixa				
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.373.978	4.315.594	(58.384)	(215.253)

- (a) O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível e diferido, propriedades para investimento e debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros) e sem o efeito de provisões de *impairment*.

Movimentação da provisão

	31/12/2018	Adições	Reversão (a)	30/06/2019
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	(94.296)	-	3.034	(91.262)
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	(110.980)	-	3.034	(107.946)
	31/12/2017	Adições	Reversão (a)	31/12/2018
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	(257.236)	-	162.940	(94.296)
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	(273.920)	-	162.940	(110.980)

- (a) Reversão de R\$3.034 (R\$6.070 em 31 de dezembro de 2018) referente a ajuste da provisão de *impairment* devido a amortização do ativo diferido no 1º semestre de 2019 e R\$156.870 no ativo imobilizado referente a reversão resultante do teste de *impairment* realizado no exercício de 2018.

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos realizada em 31 de dezembro de 2018 a Companhia utilizou-se o valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração, que consideraram:

- Revisão dos cenários para a UGC conforme planos de negócios, considerando tanto receitas futuras projetadas quanto os contratos já firmados com clientes, com destaque para os contratos de locação de área com a Edison Chouest e os contratos de locação de área que estão sendo negociados com a GNA.
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos, uma vez que a Companhia se encontra em operação, e a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, assim como o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura;
- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada é 11,74% a 16,90% (11,62 a 12,93% em 31 de dezembro de 2017) em termos nominais, baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,77% a.a..

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia também mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC *Industrial Hub/T-Mult*, conforme CPC 01, e verificou que o valor em uso é superior ao valor justo menos despesas de alienação. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia realizou teste de *impairment* dos ativos no mesmo período.

18 Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Licença de uso de software	20	2.343	2.467	2.436	2.559
Implantação de sistemas (c)		2.120	1.573	2.120	1.573
Outros		44	44	44	44
		4.507	4.084	4.600	4.176

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC *Industrial Hub/T-Mult* mencionados na Nota explicativa nº 17 – Imobilizado.

19 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A movimentação em 2019 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo, refere-se ao fornecedor RB Capital Securitizadora S.A. relacionado à ativo imóvel, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Saldo 01 jan-19	Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo 30 jun-19
Ativos					
Ativo Direito de uso - Imóveis	3.005	(500)	-	-	2.505
Total do ativo	3.005	(500)	-	-	2.505
Passivos					
Passivo arrendamento	(1.415)	-	464	-	(951)
(-) Ajuste a valor presente	92	-	-	(48)	44
Passivo arrendamento CP	(1.323)	-	464	(48)	(907)
Passivo arrendamento	(2.091)	-	97	-	(1.994)
(-) Ajuste a valor presente	409	-	-	(9)	400
Passivo arrendamento LP	(1.682)	-	97	(9)	(1.594)
Total do passivo	(3.005)	-	561	(57)	(2.501)

(*) Taxa de desconto utilizada 10,6%.

Após a análise da aderência da norma IFRS 16 - a Companhia identificou apenas contratos de natureza de imóvel como sendo aderente a esta norma.

20 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Cientes - Cessão do direito real de superfície				
NFX	1.930	989	1.930	989
	1.930	989	1.930	989
Cientes – Serviços portuários				
Açú Petróleo	92	-	92	-
	92	-	92	-
Outros valores a receber - Notas de crédito				
Porto de Antuérpia	200	-	200	-
Açú Petróleo	87	2.106	87	2.106
Águas Industriais do Açú	192	32	-	-
Prumo Logística	525	-	525	-
Consorcio Dome Serviços Integrados	4.390	4.713	4.390	4.713
Gás Natural Açú	1.261	1.181	1.261	1.181
Gás Natural Açú Infra	322	244	322	244
UTE GNA I	331	165	331	165
UTE GNA II	14	-	14	-
Total outras contas a receber - curto prazo	7.322	8.441	7.130	8.409
Créditos a receber LP - Venda de ativos				
Açú Petróleo Investimentos (a)	561.442	531.951	561.442	531.951

- (a) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açú Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Em 12 de outubro de 2018 foi amortizado R\$20.000 da dívida. Os recebimentos da Porto do Açú estão vinculados ao fluxo de recebimento de dividendos da Açú Petróleo pela Açú Petróleo Investimentos. O saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES em 2003 (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) assinado entre Porto do Açú e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015.

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contas a pagar - Notas de débito				
Prumo	1.660	1.048	1.661	1.062
Pedreira	-	154	-	-
Porto de Antuérpia	6.145	3.769	6.145	3.769
Águas Industriais do Açú	894	678	-	-
Açú Petróleo	-	971	-	971
Total - curto prazo	8.699	6.620	7.806	5.802
Mútuo Prumo - Longo prazo	509.580	509.580	509.580	509.580

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Receitas de cessão do direito real de superfície				
NFX	7.802	5.847	7.802	5.847
Ferroport	-	-	-	203
	7.802	5.847	7.802	6.050
Receita de Serviços				
Açu Petróleo - Subcontratação	-	48.463	-	48.463
Açu Petróleo - Serviços portuários	92	-	92	-
Atualização monetária - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos	29.491	27.451	29.491	27.451
	37.385	81.761	37.385	81.964
	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Receitas de cessão do direito real de superfície				
NFX	4.842	2.942	4.842	2.942
Ferroport	-	-	-	101
	4.842	2.942	4.842	3.043
Receita de Serviços				
Açu Petróleo - Subcontratação	-	20.349	-	20.349
Açu Petróleo - Serviços portuários	92	-	92	-
Atualização monetária - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos	15.026	13.986	15.026	13.986
	19.960	37.277	19.960	37.378

	Custos/Despesas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Despesas:				
Porto de Antuérpia – Consultoria	(4.690)	-	(4.690)	-
Custos:				
Açu Petróleo - Serviços portuários (Subcontratação)	-	(48.463)	-	(48.463)
Açu Petróleo - Serviços portuários	(286)	-	(286)	-
Águas Industriais - Fornecimento de água	(217)	-	-	-
	(5.193)	(48.463)	(4.976)	(48.463)

	Custos/Despesas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Despesas:				
Porto de Antuérpia – Consultoria	(2.461)	-	(2.461)	-
Custos:				
Açu Petróleo - Serviços portuários (Subcontratação)	71	(22.757)	71	(20.349)
Açu Petróleo - Serviços portuários	(286)	-	(286)	-
Águas Industriais - Fornecimento de água	(94)	-	-	-
	(2.770)	(22.757)	(2.676)	(20.349)

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Diretores		
Salários	815	565
Pró-labore	1.668	691
Bônus	2.524	1.918
Benefícios e Encargos	1.190	184
	6.197	3.358

	Controladora e Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Diretores		
Salários	394	247
Pró-labore	834	453
Bônus	2.488	1.661
Benefícios e Encargos	795	45
	4.511	2.406

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	30/06/2019					31/12/2018
	Vencimento	Taxas em %	Principal	Juros e atualização	Total	Total
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	15/09/2033	Selic + 4,96%	1.082.448	6.465	1.088.913	1.031.767
BNDES (Repassadores) (ii)	15/09/2033	TJLP + 4,70%	2.407.714	31.478	2.439.192	2.310.949
(-) Custo de transação (i) e (ii)	-	-	(232.595)	-	(232.595)	(241.272)
Debêntures (iii)	15/09/2033	IPCA + 6,97% a.a.	1.703.031	3.648	1.706.679	1.610.707
(-) Custo de transação (iii)	-	-	(6.978)	-	(6.978)	(6.787)
Terex (iv)	23/08/2020	Euro + 4,10% a.a.	3.655	53	3.708	4.399
			4.957.275	41.644	4.998.919	4.709.763
Circulante			656.913	53	656.966	304.878
Não circulante			4.300.362	41.591	4.341.953	4.404.885

A Porto do Açú possui financiamentos específicos para captação de recursos com intuito de desenvolvimento de seus projetos. Em 30 de junho de 2019, o custo médio de captação para financiamentos em reais é de 11,4% ao ano e em euros é de euros + 4,1% ao ano.

(i), (ii) e (iii) Até o 1º semestre de 2019 não houve pagamento de serviço da dívida para o Contrato de Repasse e para a Escritura de Debêntures Simples. Ambos os contratos estão ainda dentro do período de carência estabelecido em contrato, que se encerrará em agosto de 2019.

(iv) Em 23 de fevereiro de 2019, a Porto do Açú realizou o pagamento da sétima parcela de juros e amortização do contrato com a Terex, no valor de EUR 302, sendo EUR 280 de amortização e EUR 23 de juros.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açú

A Prumo Logística S/A é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R.L e a EIG Enegy XV Holdings (Flame), LLC são interveniente anuente, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açú:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R\$3.528.105 em 30 de junho de 2019 (R\$3.342.716 em 31 de dezembro de 2018); e
- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$1.706.679 em 30 de junho de 2019 (R\$1.610.707 em 31 de dezembro de 2018), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além de pacote de garantias elencadas a seguir.

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander (“Repassadores”), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açú;
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;
- (vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;
- (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e
- (xii) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional).

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açú, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açú, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

Com relação as garantias dadas à Terex MHPS GmbH pelo financiamento do guindaste, a operação é assegurada pela Euler Hermes, uma Agência de Crédito a Exportação alemã voltada para crédito de exportação. Além disso, o contrato de compra e venda do equipamento prevê que a transferência da propriedade à Porto do Açú somente será efetuada após integral pagamento do equipamento.

Cláusulas restritivas (covenants)

O contrato de debêntures e os empréstimos com o BNDES estão sujeitos às seguintes cláusulas de *covenants* financeiros a partir das DFs anuais consolidadas :

(i) *Dívida líquida/EBITDA*

Dívida líquida / EBITDA	
2020	< 5,0 x
2021	< 4,0 x
2022	< 3,0 x
A partir de 2023	< 2,0 x

Dívida líquida é definida como sendo o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Porto do Açú que venha a ser criada, deduzindo-se o caixa e equivalente de caixa e títulos e os valores mobiliários, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Porto do Açú. EBITDA é definido como lucro antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização.

(ii) *EBITDA/Despesa financeira*

EBITDA / Despesa financeira líquida	
Entre 2019 e 2020	> 1,5 x
Entre 2021 e 2022	> 3,0 x
A partir de 2023	> 3,5 x

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (a) entre 2020 e 2021 superior a 1,2x; e (b) a partir de 2022, superior a 1,3x (“ICSD Mínimo”), conforme fórmula a seguir:

ICSD Mínimo = Caixa Disponível para o Serviço da Dívida (EBITDA-Capital de Giro-Tributos-Capex de manutenção) / Serviço das Dívidas (Amortização+Pagamento de Juros de quaisquer dívidas da Emissora).

A partir de 2020, manter índice “Patrimônio Líquido sobre Ativo Total” superior a 0,15, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas e parecer expresso de empresa independente registrada na CVM, no período de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida.

(iii) *Eventos de vencimento antecipado automático e não automático*

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador do projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açú ou do Interveniante Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interveniante Garantidor do Porto do Açú. A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interveniante Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da controladora Prumo.

(iv) **Obrigações adicionais do Interveniente Garantidor e do Emissor**

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R\$4.000 anuais. O Interveniente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora / Consolidado						30/06/2019
	Fluxo de Caixa			Efeito não Caixa			
	31/12/2018	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	4.709.763	(1.172)	(96)	(477)	281.940	8.961	4.998.919
	<u>4.709.763</u>	<u>(1.172)</u>	<u>(96)</u>	<u>(477)</u>	<u>281.940</u>	<u>8.961</u>	<u>4.998.919</u>

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

22 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ISS	571	492	577	493
PIS/COFINS	114	-	174	59
ICMS	8	31	11	39
IRRF	487	874	490	879
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	147	434	147	434
Imposto de renda e contribuição social (“IRPJ e CSLL”)	-	-	215	1.436
INSS retido de terceiros	214	234	590	235
	<u>1.541</u>	<u>2.065</u>	<u>2.204</u>	<u>3.575</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(239.235)	(249.394)	(238.715)	(248.551)
Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	(14)	(280)
Prejuízo líquido ajustado	(239.235)	(249.394)	(238.729)	(248.831)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	81.340	84.794	81.168	84.603
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	363	624	(4)	-
Outros	15.656	1.016	15.665	1.005
Créditos fiscais não reconhecidos (a)	(97.359)	(86.434)	(97.325)	(86.399)
Total do imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)	-	-	(24)	(49)
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(520)	(840)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,22%	0,34%
IR e CSL Corrente	-	-	(602)	(849)
IR e CSL Diferido	-	-	82	9
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(520)	(840)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(104.448)	(132.044)	(104.324)	(131.676)
Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	(2)	(162)
Prejuízo líquido ajustado	(104.448)	(132.044)	(104.326)	(131.838)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	35.512	44.895	35.471	44.825
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	83	282	(4)	-
Outros	14.635	1.043	14.640	1.031
Créditos fiscais não reconhecidos (a)	(50.230)	(46.220)	(50.195)	(46.196)
Total do imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)	-	-	(36)	(26)
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(124)	(366)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	(0,07)%	(0,06)%
IR e CSL Corrente	-	-	(200)	(366)
IR e CSL Diferido	-	-	76	-
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(124)	(366)

- (a) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10, no período findo em 30 de junho de 2019, a Porto do Açú baixou para perda de créditos fiscais o montante de R\$95.997, referentes ao imposto diferido ativo apurado no período. Para demais períodos, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o período findo em 30 de junho de 2019, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as informações financeiras intermediárias.

23 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Porto do Açú	53.413	32.878	53.414	32.880
Águas Industriais	-	-	264	85
SNF	-	-	184	53
Outros	-	-	38	90
	53.413	32.878	53.900	33.108

Em 30 de junho de 2019 o acréscimo no saldo de fornecedores nacionais deve-se basicamente pelos gastos dos serviços relacionados a obra de dragagem , fornecimento de combustível marítimo, gerenciamento de obra, serviço de segurança patrimonial, tecnologia da informação e retenções contratual de fornecedores relacionados a serviço de transporte.

24 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Edison Chouest (*)	23.862	24.622	23.862	24.622
Outros	-	-	-	1
	23.862	24.622	23.862	24.623
Circulante	2.362	2.362	2.362	2.363
Não Circulante	21.500	22.260	21.500	22.260

(*) Valores adiantados apropriados linearmente ao resultado de acordo com contrato.

25 Provisão para contingências

a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

Controladora / Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Provisão (Reversão)	30/06/2019
Trabalhistas (a)	866	-	11	877
Fiscal (b)	3.884	6.623	48	10.555
Cível (c)	4.000	64	-	4.064
	8.750	6.687	59	15.496
Controladora / Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Provisão (Reversão)	31/12/2018
Trabalhistas	321	-	545	866
Fiscal	-	3.884	-	3.884
Cível	-	4.000	-	4.000
	321	7.884	545	8.750

- (a) Ações Trabalhistas: Diversas reclamações trabalhistas;
- (b) Ações Fiscais: Principal saldo refere-se a processo administrativo relativo ao correto lançamento do valor do IPTU dos anos de 2018, no montante de R\$ 3.066 e R\$ 6.623 no ano de 2019, bem como à provisão relacionado a taxa de ocupação de 2018 no montante de R\$ 866 devida à Secretaria de Patrimônio da União – SPU.
- (c) Ações Cíveis: o montante de R\$ 4.000 refere-se ao processo de arbitragem relacionado ao pleito do fornecedor Pratica Engenharia e R\$ 64 refere-se à provisão de pagamento complementar de terrenos. Sobre este pagamento complementar, informamos que, no ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda (“PCV”) de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos de desapropriação são discutidos exclusivamente os valores indenizatórios devidos, que podem ser majorados em relação àqueles inicialmente ofertados pela CODIN. Conforme disposto na PCV, a diferença entre os valores ofertados pela CODIN e o valor final determinado pelo Poder Judiciário deverá ser complementada pela Companhia. Em 30 de Junho de 2019 esse valor totaliza R\$ 64 referente a depósitos complementares que apresentam certeza de ocorrência pois já foram apreciados pelo Poder Judiciário em 2ª instância. Por estratégia jurídica, os processos judiciais relacionados a este valor encontram-se em trâmite processual para o Superior Tribunal de Justiça.

b. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

O Grupo tem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>Controladora / Consolidado</u>	
	30/06/2019	31/12/2018
Fiscais	12.727	7.351
Trabalhistas	12.010	6.854
Cíveis	<u>27.670</u>	<u>13.459</u>
	<u>52.407</u>	<u>27.664</u>

Em 30 de junho de 2019, os principais processos de perdas possíveis para a Companhia são os que seguem:

- Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas “intinere”, pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas com um montante aproximado de R\$ 12.010.
- Processos fiscais: os processos mais significativos estão relacionados aos questionamentos de autoridades tributárias brasileiras sobre a cobrança de adicional de Imposto Territorial Rural (“ITR”) na área da Fazenda Caruara e processos nos quais se questiona a cobrança de ISS e IOF totalizando um montante aproximado de R\$ 12.727 .
- Processos cíveis:
 - (a) tratam-se de demandas judiciais que se referem a ações de indenizações e cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços, etc., que somam um montante total de aproximadamente R\$13.197.
 - (b) Processos de desapropriação: No ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos de desapropriação são discutidos exclusivamente os valores indenizatórios devidos, que podem ser majorados em relação àqueles inicialmente ofertados pela CODIN. Nesse sentido, a mera existência dessas ações já indica prognóstico de perda possível.

Os valores depositados inicialmente pela CODIN, despendidos pela Companhia quando do ajuizamento dos processos de desapropriação, na forma da PCV, já asseguram sua proteção financeira. Entretanto, os consultores jurídicos e a Administração da Companhia entendem que, mesmo mantido o prognóstico de perda possível, é necessário apontar os valores correspondentes à diferença entre os mencionados depósitos iniciais e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 1ª instância.

Em 30 de junho de 2019, a diferença entre os depósitos iniciais das ações de desapropriação e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 1ª instância totaliza R\$13.037.

- (c) Processos ambientais: tratam-se de ações civis públicas ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açú. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

Acionistas	30/06/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	2.036.821	97,67	2.036.821	98,82
Port of Antwerp International N.V.	48.527	2,33	24.232	1,18
	<u>2.085.348</u>	<u>100,00</u>	<u>2.061.053</u>	<u>100,00</u>

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 8 de fevereiro de 2019, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, pela Port of Antwerp International N.V., mediante a emissão de 24.295 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,48 por ação. Do valor total do preço de emissão, R\$24.295 são destinados à conta do capital social da Companhia e R\$12.058 são destinados a reserva de capital da Companhia.

b. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em vista o prejuízo apurado.

27 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel da retroárea e serviços portuários.

Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes do Grupo não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 4 - Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias. As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores e períodos de reconhecimento sujeitos a demandas futuras, variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Receita bruta				
Cessão direito real de superfície	69.545	64.473	69.545	64.676
Serviços de transbordo de petróleo (*)	-	48.463	-	48.463
Serviços portuários	38.305	38.793	38.305	38.793
Serviço de transporte	-	13.722	-	13.722
Fornecimento de água	-	-	2.861	2.986
Comissões sobre faturamento de terceiros	-	148	-	148
Pátio de triagem	-	500	-	500
Serviços ambientais	-	-	1	42
Total receita bruta	107.850	166.099	110.712	169.330
Imposto sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(10.545)	(19.829)	(10.829)	(20.128)
Receita líquida	97.305	146.270	99.883	149.202
	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Receita bruta				
Cessão direito real de superfície	37.372	32.296	37.372	32.397
Serviços de transbordo de petróleo (*)	-	20.349	-	20.349
Serviços portuários	20.264	21.207	20.264	21.207
Serviço de transporte	-	5.871	-	5.871
Fornecimento de água	-	-	1.488	1.349
Comissões sobre faturamento de terceiros	-	-	-	-
Pátio de triagem	-	-	-	-
Serviços ambientais	-	-	-	42
Total receita bruta	57.636	79.723	59.124	81.215
Imposto sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(5.645)	(9.628)	(5.791)	(9.767)
Receita líquida	51.991	70.095	53.333	71.448

(*) Contrato para a operação de transbordo de petróleo firmado entre, Porto do Açú, Açú Petróleo e BG E&P Brasil Ltda. ("Shell") entre junho de 2015 a maio de 2018 até cessão da transferência de todas as licenças e autorizações relacionadas à operação desse terminal pela Açú Petróleo, controlada da empresa Prumo.

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos do Grupo a contraprestação pelo trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

28 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Salários e encargos	(8.806)	(9.622)	(9.134)	(9.897)
Serviços de terceiros	(9.058)	(23.092)	(9.249)	(23.127)
Aluguéis e arrendamentos	(579)	(1.155)	(589)	(1.162)
Depreciação e amortização	(54.234)	(53.119)	(54.245)	(53.122)
Seguros diversos	(1.764)	(2.738)	(1.776)	(2.738)
Serviços portuários	(286)	(44.462)	(286)	(44.462)
Custos diversos	(2.231)	(1.629)	(2.289)	(1.685)
	(76.958)	(135.817)	(77.568)	(136.193)

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Salários e encargos	(4.478)	(5.373)	(4.645)	(5.538)
Serviços de terceiros	(4.324)	(12.584)	(4.499)	(12.612)
Aluguéis e arrendamentos	(292)	(612)	(295)	(620)
Depreciação e amortização	(27.120)	(26.666)	(27.126)	(26.667)
Seguros diversos	(878)	(1.369)	(884)	(1.369)
Serviços portuários	(215)	(18.756)	(215)	(18.756)
Custos diversos	(1.176)	(790)	(1.326)	(851)
	(38.483)	(66.150)	(38.990)	(66.413)

29 Despesas administrativas

A Companhia apresenta as despesas administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Salários e encargos	(22.251)	(16.319)	(22.304)	(16.377)
Honorários da Administração (<i>stock options</i>)	-	(46)	-	(46)
Serviços de terceiros	(8.688)	(7.773)	(8.721)	(7.852)
Material de consumo	(113)	(41)	(113)	(41)
Viagens e estadias	(877)	(726)	(877)	(726)
Impostos e taxas	(132)	(179)	(145)	(187)
Depreciação e amortização	(4.311)	(3.996)	(1.277)	(962)
Provisão de contingências	(6.683)	(6.118)	(6.683)	(6.118)
Amortização direito de arrendamento (Nota19)	(500)	-	(500)	-
Representações e eventos	(219)	(326)	(219)	(326)
Despesas diversas	(746)	(1.622)	(795)	(1.635)
	(44.520)	(37.146)	(41.634)	(34.270)

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Salários e encargos	(10.918)	(8.817)	(10.942)	(8.844)
Honorários da Administração (<i>stock options</i>)	-	8	-	(12)
Serviços de terceiros	(4.951)	(6.166)	(4.985)	(6.167)
Material de consumo	(90)	(23)	(90)	(23)
Viagens e estadias	(401)	(352)	(401)	(352)
Impostos e taxas	(40)	(104)	(42)	(105)
Depreciação e amortização	(2.364)	(1.992)	(848)	(476)
Provisão de contingências	(6.683)	(6.118)	(6.683)	(6.118)
Amortização direito de arrendamento ()	(250)	-	(250)	-
Representações e eventos	(34)	(202)	(34)	(202)
Despesas diversas	-	(876)	(21)	(868)
	(25.731)	(24.642)	(24.296)	(23.167)

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018	Seis meses findos em 30/06/2019	Seis meses findos em 30/06/2018
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(88)	(86)	(97)	(92)
IOF	(33)	(120)	(33)	(121)
Corretagem e comissões	(8.966)	(8.743)	(8.966)	(8.743)
Juros sobre empréstimos (*)	(200.885)	(179.563)	(200.885)	(179.563)
Juros e multas	(15)	(45)	(15)	(45)
Despesas de arrendamento (Vide Nota19)	(57)	-	(57)	-
Atualização monetária (**)	(80.981)	(65.135)	(80.981)	(65.135)
Outras despesas financeiras	(3.575)	(2.362)	(3.903)	(2.375)
	(294.600)	(256.054)	(294.937)	(256.074)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	2.268	1.017	2.615	1.338
Juros ativos	458	651	467	667
Atualização monetária - partes relacionadas	29.491	27.451	29.491	27.451
Outras receitas financeiras	46	83	46	83
	32.263	29.202	32.619	29.539
Resultado financeiro líquido	(262.337)	(226.852)	(262.318)	(226.535)

(*) Juros sobre empréstimos de R\$(146.074) com BNDES, R\$(54.731) sobre debêntures e R\$(80) outros;

(**) Atualização monetária de R\$(39.314) sobre empréstimo com BNDES e R\$(41.241) sobre debêntures e R\$(426) outros.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018	Três meses findos em 30/06/2019	Três meses findos em 30/06/2018
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(45)	(45)	(51)	(48)
IOF	14	(38)	14	(39)
Corretagem e comissões	(4.486)	(4.359)	(4.486)	(4.359)
Juros sobre empréstimos (*)	(103.494)	(91.700)	(103.494)	(91.700)
Juros e multas	(8)	(31)	(8)	(31)
Despesas de arrendamento (Vide Nota 19)	(26)	-	(26)	-
Atualização monetária (**)	(40.194)	(30.902)	(40.194)	(30.902)
Outras despesas financeiras	(2.046)	(2.199)	(2.367)	(2.212)
	<u>(150.285)</u>	<u>(129.274)</u>	<u>(150.612)</u>	<u>(129.291)</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1.048	730	1.230	888
Juros ativos	255	271	259	279
Atualização monetária - partes relacionadas	15.026	14.660	15.026	14.666
Outras receitas financeiras	(34)	40	(34)	41
	<u>16.295</u>	<u>15.701</u>	<u>16.481</u>	<u>15.874</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(133.990)</u>	<u>(113.573)</u>	<u>(134.131)</u>	<u>(113.417)</u>

31 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Porto do Açu utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

- Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petrolífero. O Porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 441 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

- Fornecimento de Água

Fornecimento de água para fins industriais aos clientes instalados no Complexo Industrial do Porto do Açu.

- Outros

Refere-se às demais empresas controladas pela Porto do Açú, inclusive empresas não operacionais, são elas: Pedreira Sapucaia, G3X, GSA, Reserva Ambiental Caruara e SNF.

Demonstração do resultado por segmento - período findo em 30 de junho de 2019 e 2018:

Seis meses findos em 30 de junho de 2019					
	Industrial Hub & T- Mult	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e prestação de serviços	97.305	2.793	2	(217)	99.883
Custo dos serviços prestados	<u>(76.958)</u>	<u>(826)</u>	<u>(1)</u>	<u>217</u>	<u>(77.568)</u>
Resultado bruto	<u>20.347</u>	<u>1.967</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>22.315</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(44.520)	(46)	(102)	3.034	(41.634)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos ("impairment")	3.034	-	-	(3.034)	-
Provisão para perda – Depósitos restituíveis	44.830	-	-	-	44.830
Provisão para perda sobre recebíveis	240	(252)	-	-	(12)
Outras despesas e receitas	<u>(1.897)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.896)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.068</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>(1.050)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	<u>23.102</u>	<u>1.670</u>	<u>(119)</u>	<u>(1.050)</u>	<u>23.603</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	32.263	16	340	-	32.619
Despesas financeiras	<u>(294.600)</u>	<u>(318)</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>(294.937)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	<u>(239.235)</u>	<u>1.368</u>	<u>202</u>	<u>(1.050)</u>	<u>(238.715)</u>
IR e CSLL corrente	-	(536)	(66)	-	(602)
IR e CSLL diferido	<u>-</u>	<u>82</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>82</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>(239.235)</u>	<u>914</u>	<u>136</u>	<u>(1.050)</u>	<u>(239.235)</u>
Seis meses findos em 30 de junho de 2018					
	Industrial Hub & T- Mult	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e prestação de serviços	146.270	2.833	235	(136)	149.202
Custo dos serviços prestados	<u>(135.817)</u>	<u>(512)</u>	<u>-</u>	<u>136</u>	<u>(136.193)</u>
Resultado bruto	<u>10.453</u>	<u>2.321</u>	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>13.009</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(37.146)	(75)	(83)	3.034	(34.270)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos ("impairment")	3.034	-	-	(3.034)	-
Provisão para perda sobre recebíveis	(749)	(35)	-	-	(784)
Outras despesas e receitas	<u>29</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.837</u>	<u>-</u>	<u>(27)</u>	<u>(1.810)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	<u>(22.542)</u>	<u>2.210</u>	<u>125</u>	<u>(1.810)</u>	<u>(22.017)</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29.202	-	337	-	29.539
Despesas financeiras	<u>(256.054)</u>	<u>(2)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(256.074)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	<u>(249.394)</u>	<u>2.208</u>	<u>444</u>	<u>(1.810)</u>	<u>(248.552)</u>
IR e CSLL corrente	-	(763)	(86)	-	(849)
IR e CSLL diferido	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>(249.394)</u>	<u>1.454</u>	<u>358</u>	<u>(1.810)</u>	<u>(249.392)</u>

Porto do Açu Operações S.A.
Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2019

Três meses findos em 30 de junho de 2019					
	Industrial Hub & T- Mult	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e prestação de serviços	51.991	1.436	-	(94)	53.333
Custo dos serviços prestados	(38.483)	(601)	-	94	(38.990)
Resultado bruto	13.508	835	-	-	14.343
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(25.731)	(4)	(78)	1.517	(24.296)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos (“impairment”)	1.517	-	-	(1.517)	-
Provisão para perda – Depósitos restituíveis	40.951	-	-	-	40.951
Provisão para perda sobre recebíveis	188	(245)	1	-	(56)
Outras despesas e receitas	(1.135)	-	-	-	(1.135)
Resultado de equivalência patrimonial	244	-	(18)	(226)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	29.542	586	(95)	(226)	29.807
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16.295	16	170	-	16.481
Despesas financeiras	(150.285)	(317)	(10)	-	(150.612)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(104.448)	285	65	(226)	(104.324)
IR e CSLL corrente	-	(167)	(33)	-	(200)
IR e CSLL diferido	-	76	-	-	76
Lucro (prejuízo) líquido do período	(104.448)	194	32	(226)	(104.448)
Três meses findos em 30 de junho de 2018					
	Industrial Hub & T- Mult	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e prestação de serviços	70.095	1.302	137	(86)	71.448
Custo dos serviços prestados	(66.150)	(349)	-	86	(66.413)
Resultado bruto	3.945	953	137	-	5.035
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(24.642)	(27)	(15)	1.517	(23.167)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos (“impairment”)	1.517	-	-	(1.517)	-
Provisão para perda – Depósitos restituíveis	(88)	(7)	-	-	(95)
Provisão para perda sobre recebíveis	-	1	-	-	1
Outras despesas e receitas	(32)	(2)	-	-	(34)
Resultado de equivalência patrimonial	829	-	(14)	(815)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(18.471)	918	108	(815)	(18.260)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15.701	-	173	-	15.874
Despesas financeiras	(129.274)	(1)	(16)	-	(129.291)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(132.044)	917	265	(815)	(131.677)
IR e CSLL corrente	-	(320)	(46)	-	(366)
IR e CSLL diferido	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período	(132.044)	597	219	(815)	(132.043)

Ativos e passivos por segmento em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

30 de junho de 2019					
	<i>Industrial Hub & T- Mult</i>	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	150.520	12.471	12.193	(1.820)	173.364
Ativo realizável à longo prazo	1.481.968	114	-	-	1.482.082
Investimentos	113.178	-	140	(113.318)	-
Propriedades para investimentos	478.036	-	80.331	-	558.367
Imobilizado	3.038.345	1.956	9.702	(835)	3.049.168
Intangível	4.507	17	76	-	4.600
Direito de arrendamento	2.505	-	-	-	2.505
Total do ativo	5.269.059	14.558	102.442	(115.973)	5.270.086
Passivo					
Passivo circulante	737.236	1.825	365	(1.818)	737.608
Passivo não circulante	4.910.117	-	484	-	4.910.601
Patrimônio líquido	(378.294)	12.733	101.593	(114.326)	(378.294)
Acionista minoritário	-	-	-	171	171
Total passivo e patrimônio líquido	5.269.059	14.558	102.442	(115.973)	5.270.086
31 de dezembro de 2018					
	<i>Industrial Hub & T- Mult</i>	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	117.685	11.251	12.204	(1.597)	139.543
Ativo realizável à longo prazo	1.415.184	32	-	(1)	1.415.215
Investimentos	110.705	-	130	(110.835)	-
Propriedades para investimentos	475.086	-	79.864	-	554.950
Imobilizado	3.032.334	1.673	9.706	(835)	3.042.878
Intangível	4.084	17	75	-	4.176
Direito de arrendamento	-	-	-	-	-
Total do ativo	5.155.078	12.973	101.979	(113.268)	5.156.762
Passivo					
Passivo circulante	365.135	2.365	261	(1.597)	366.164
Passivo não circulante	4.965.355	-	484	-	4.965.839
Patrimônio líquido	(175.412)	10.608	101.234	(111.842)	(175.412)
Acionista minoritário	-	-	-	171	171
Total passivo e patrimônio líquido	5.155.078	12.973	101.979	(113.268)	5.156.762

32 Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$362.404 (R\$302.377 em 31 de dezembro de 2018), que deverão ser cumpridos conforme acordado em contrato.

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Porto do Açú	358.237	299.147
Águas Industriais	3.488	2.817
Reserva Ambiental Caruara	481	211
Outros	198	202
	362.404	302.377

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 4 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Devido ao método escolhido de transição as informações comparativa não foram reapresentadas para refletir o novo requerimento.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

	30/06/2019		31/12/2018	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Ativos				
Caixa e bancos	1.253	-	1.435	-
Aplicações financeiras	56.226	-	61.336	-
Títulos e valores mobiliários	10.638	-	11.317	-
Caixa restrito (*)	39.543	-	-	-
Clientes	99.636	-	91.776	-
Depósitos bancários vinculados	3.993	-	4.787	-
Depósitos restituíveis	57.174	-	18.175	-
Outros valores a receber	7.130	-	8.409	-
Créditos a receber	561.442	-	531.951	-
Debêntures	659.393	-	659.393	-
Créditos com terceiros	80.201	-	80.201	-
	1.576.629	-	1.468.780	-

	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Passivos						
Fornecedores	53.899	-	-	33.108	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.998.919	-	-	4.709.763	-	-
Outras contas a pagar	7.806	-	-	5.802	-	-
Outros passivos financeiros	509.580	-	-	509.580	-	-
Adiantamentos de clientes	23.863	-	-	24.623	-	-
Obrigações com terceiros	19.880	-	-	19.880	-	-
Passivo de arrendamentos	2.505	-	-	-	-	-
	5.616.452	-	-	5.302.756	-	-

(*) O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 55% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na nota explicativa nº6 item c – caixa restrito.

	30/06/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	4.998.919	-	-	4.709.763	-
	-	4.998.919	-	-	4.709.763	-

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, através da abordagem de receita apenas para referência, são de R\$5.196.848 em 30 de junho de 2019 (R\$4.918.763 em 31 de dezembro de 2018). Uma parte significativa desse valor consiste em contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com BNDES, FI-FGTS e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Riscos de Mercado

(i) ***Risco cambial***

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas do Grupo, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

(ii) ***Risco de taxa de juros***

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 30 de junho de 2019, 99,9% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 32,6% corrigidos pelo IPCA, 46,6% pela TJLP e 20,8% pela Selic.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açú são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TJLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açú e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
BNDES (Selic e TJLP)	6.937.968	7.423.501	8.397.803	9.021.627	9.902.193	10.668.427
Debêntures (IPCA)	2.798.576	2.085.440	3.501.750	2.608.037	4.204.925	3.130.634
Total	9.736.544	9.508.941	11.899.553	11.629.664	14.107.118	13.799.061

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moody's e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 30 a 45 dias para nossos clientes.

As exposições em cada risco de crédito foram segmentadas por tipo de recebíveis. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplimento e na experiência real de perda de crédito nos últimos períodos. As taxas de perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplimento até a baixa completa.

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 30 de junho de 2019. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	53.900	-	-	-	-	53.900
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	312.895	347.633	703.851	2.149.858	6.831.453	10.345.690
Outros passivos financeiros	-	-	7.806	509.580	-	-	517.386
Adiantamentos de clientes	-	-	2.362	21.500	-	-	23.862
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	-	19.880
Total por faixa de prazo	-	366.795	357.801	1.254.811	2.149.858	6.831.453	10.960.718

(*) O IPCA projetado para o risco de liquidez foi atualizado de 6%a.a. para 4,5%a.a. a partir das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	33.108	-	-	-	-	33.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.343	308.740	701.781	2.168.421	7.651.067	10.831.352
Outros passivos financeiros	-	-	5.802	509.580	-	-	515.382
Adiantamentos de clientes	-	-	2.363	22.260	-	-	24.623
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	-	19.880
Total por faixa de prazo	-	34.451	316.905	1.253.501	2.168.421	7.651.067	11.424.345

34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são as seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Riscos operacionais		
Danos materiais	334.225	325.483
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	480.867	485.067
Lucros cessantes	208.140	208.464

* * *

Composição de Diretoria

Carlos Tadeu Fraga
Diretor Presidente

Fernando José Ferreira da Mouta
Diretor Financeiro

Ideraldo Luiz Goulart
Diretor

Eduardo Kantz
Diretor

Tessa Major
Diretor

Antonio Primo
Diretor

Renato de Souza Vieira
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 103.959/O-5